EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2024

Município de Faxinal do Soturno
Edital de Concorrência Eletrônica nº **07/2024**
Tipo de julgamento: menor preço
Regime de execução: Empreitada por preço global
Modo de disputa: aberto

Processo nº **2200**

Edital de concorrência eletrônica para a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta convencional (manual e mecanizado) de resíduos sólidos urbanos e rurais no município de Faxinal do Soturno.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DO SOTURNO, através do seu prefeito municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade concorrência, na forma eletrônica, do tipo menor preço, objetivando a contratação de empresa para **prestação de serviços de coleta convencional (manual e mecanizado) de resíduos sólidos urbanos e rurais no Município**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº **3.204/2023.**

A sessão virtual da concorrência eletrônica será realizada no seguinte endereço: **portaldecompraspublicas.com.br**, no dia **14 de fevereiro de 2025,** às 8h31min, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08h30min, sendo

que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a coleta regular, manual e mecanizada, de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, recicláveis e não recicláveis, recolhidos no perímetro urbano e rural do Município de Faxinal do Soturno – RS, em quatro dias da semana, e o transporte dos mesmos até o aterro sanitário licenciado, localizado no Município de Santa Maria – RS, nos termos expostos neste edital e seus anexos.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento

que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do processo na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de

realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo presidente da Comissão de Licitações, deverão ser encaminhados no prazo estipulado via sistema.

3.4. Após a etapa de lances, o vencedor precário será solicitado a anexar planilha de custos readequada, bem como detalhamento de BDI e encargos sociais, devendo obrigatoriamente obedecer aos seguintes parâmetros:

a) Os seguintes itens da planilha de custos não poderão ser alterados: itens referentes à mão-de-obra do coletor, motorista, vale-refeição e vale alimentação; taxa de juros anual nominal, a qual fica estabelecida a taxa Selic; itens referentes à quantidade de pneus e recapagem; custos com pedágio; quantidade de contêineres; itens referentes à quantidade de ferramentas e materiais de consumo.

b) Os dados de quantitativo de consumo de óleo diesel, óleo do motor, óleo da transmissão, óleo hidráulico e graxa poderão ser alterados na proposta da contratada apenas mediante justificativa fundamentada.

c) A composição do BDI deverá observar os limites mínimos e máximos estabelecidos na Planilha de Custos para a coleta e transporte de resíduos domiciliares.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data de abertura

da sessão eletrônica da concorrência, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação dos valores unitários e total, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação nesta concorrência, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do

domicílio ou sede do licitante, **e regularidade fiscal perante o Município de Faxinal do Soturno**, na forma do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358/2002.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;[1]

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, ou, caso não haja validade expressa no documento, em prazo de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

c) para comprovação da boa situação financeira da empresa, haja vista a complexidade do objeto, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte formula:

Liquidez Corrente: Ativo Circulante

---------- = Índice mínimo: 1,0

Passivo Circulante

[1] Até o dia 30 de abril: todas as empresas poderão apresentar o balanço do penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal no Brasil. Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de julho (prazo prorrogado pela IN 2023, da RFB): 1. As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente. 2. As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se o mesmo já foi encaminhado para a Receita Federal, ou do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove eu a empresa adota a ECD. Após o último dia útil de julho: todas as empresas deverão apresentar balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal.

Liquidez Geral: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)

---------- = Índice mínimo: 1,0

(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

Solvência Geral: Ativo Total

---------- = Índice mínimo: 1,0

(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)

d) Declaração, firmada por contador habilitado, de que a empresa possui os índices de liquidez exigidos neste edital.

5.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.3.2. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.3.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.3.4. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.3.4.1. A substituição referida no item 5.3.4. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.3.5. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do

cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.3.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.3.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, ou, caso não haja validade expressa no documento, em prazo de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.3.1. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.3.1.1. A substituição referida no item 5.3.1. somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.3.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do

cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.3.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.3.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

5.4.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

a) Certidão de registro ou inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA), da empresa e do seu responsável técnico indicado para a execução dos serviços ora licitados;

b) A Indicação do profissional responsável técnico pelo cumprimento do objeto desta licitação, comprovando ser integrante do quadro permanente da licitante na data de abertura das propostas, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, compatível em características do objeto deste certame;

c) Comprovação de vínculo empregatício ou contratual do profissional indicado, para

com a empresa. Entende-se que a vinculação do profissional poderá ser:

• Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhado do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social-GPS do mês anterior ao certame, em nome cada profissional;

• Contratado: cópia do contrato de prestação de serviços assinado com a empresa licitante;

• Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

• Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) Comprovação de capacitação técnica operacional, de que a licitante executou serviços pertinentes em características, com o objeto desta licitação de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através de atestado emitido em seu nome por pessoa jurídica de direito público.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar

expressamente do edital de licitação;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o presidente da Comissão de Licitações abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública da concorrência, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância

de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

8.3.A comunicação entre o presidente da Comissão de Licitações e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O presidente da Comissão de Licitações verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Presidente da Comissão dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas

classificadas.

9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R$ 100,00 (cem reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

9.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver

lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o presidente da Comissão deverá

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pela comissão de licitações, que poderá verificar a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade,

em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Presidente da Comissão de Licitações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três)

dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, devendo fazê-lo dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas

condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

17. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

17.2 A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente o projeto básico, Anexo I, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

17.3 A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às

contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, devendo apresentar mensalmente à Administração os comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas e previdenciários.

18. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, sucessivas vezes nos termos e condições da Lei 14.133/21.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º dia útil subsequente ao da prestação do serviço.

19.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

19.3. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

19.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número da concorrência, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19.5. Para o efetivo pagamento, a nota fiscal deverá se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como relatório do FGTS digital onde conste os funcionários alocados para a coleta e transporte em Faxinal do Soturno; certidão de regularidade do FGTS e certidão de débitos trabalhistas.

19.6. A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

08- Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;
08.01- Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;
2141- Manutenção do Serviço de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos;
33903900- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Fonte de Recurso: 1500

19.7. Para os fins de direito, no que tange ao equilíbrio econômico financeiro, reajustamento anual e repactuação de preços, serão aplicadas as previsões contidas na Lei Federal 14.133/21.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a exemplo de:

• Atrasar o início da prestação dos serviços, em contrariedade à data aprazada na “Ordem de Início dos Serviços”;

• Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços até o início da prestação dos serviços;

• Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

• Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

• Desatender às determinações da fiscalização;

• Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais;

• Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

• Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido pela Administração;

• Iniciar os serviços fora dos horários determinados pela Administração;
• Terminar os serviços além dos horários determinados pela Administração;
• Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado pela Administração;
• Transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução do serviço;
• Deixar suja a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos coletados
• Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou na convenção coletiva;
• Descarregar resíduos em qualquer local onde não for determinado pela Administração;
• Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros ou com coletores sendo transportados nos estribos dos equipamentos;
• Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas pela Administração;
• Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos pela Administração;
• Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniformes ou sem os adequados equipamentos de proteção individual;
• Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população durante a execução dos serviços;
• Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados;
• Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou animais;
• Impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos;
• Permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos

domicílios atendidos pelo serviço;

• Executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e /ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato pactuado;

• Coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos pela Administração;

• Fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos;

• Executar o serviço com veículo de idade superior ao limite estabelecido pela Administração;

• Realizar a coleta com os veículos em inadequado estado de conservação, incluindo pneus, lataria, equipamentos, acessórios, etc;

• Não disponibilizar a senha do sistema de rastreamento ou não realizar orientação de sua utilização;

• Não realizar a entrega dos contêineres no prazo estipulado ou deixar de realizar a manutenção destes.

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e

especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao presidente da Comissão de Licitações, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio da plataforma utilizada, no seguinte endereço eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br.

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas na própria plataforma.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo presidente da Comissão de Licitações.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Faxinal do Soturno para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Faxinal do Soturno, 20 de dezembro de 2024.

Este edital foi examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica. Em _____/_____/_____ **Diogo Cargnelutti Zanella** **OAB/RS 63.706**	**Clovis Alberto Montagner** **Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se:
Em ____/___/_____

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

Para elaboração deste Projeto Básico, foram levadas em consideração as características do município que influenciam diretamente nos quantitativos e parâmetros que farão parte deste processo licitatório. Destacam-se as seguintes características:

- De acordo com o IBGE (2022), o Município de Faxinal do Soturno possui uma população de seis mil setecentos e dois (6.702) habitantes.
- Entre os meses de setembro de 2023 e agosto de 2024 uma média de 108 toneladas/mês de resíduos sólidos domiciliares foi gerada no município.
- Há, no perímetro urbano, aproximadamente, 40 km de ruas pavimentadas e não pavimentadas, além das estradas rurais que serão percorridas para a coleta dos resíduos.

1.1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PROJETO

Este Projeto Básico é regido por definições e especificações técnicas que visam estabelecer diretrizes às empresas interessadas em participar desse processo licitatório para contratação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares. Utilizou-se como fundamentação legal leis, decretos e acórdãos pertinentes ao tema que se encontram contemplados na Orientação Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE, 2019). Também foi utilizada a Planilha Modelo do TCE/RS, a qual dispõe de equações e estatísticas, elaborada por profissionais da área.

Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ser executados em pleno atendimento às orientações da Administração Municipal, atendidas às especificações deste **PROJETO BÁSICO** e seus apêndices. O **Apêndice I** apresenta a **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**, a qual contém todos os custos com (1) mão-de-obra, (2) uniformes e EPIs, (3) veículos e equipamentos, (4) ferramentas e materiais de consumo, (5) monitoramento da frota e (6) BDI. O **Apêndice II** apresenta o **MAPA DA COLETA E ROTEIROS**.

2. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a coleta regular, manual e mecanizada, de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, recicláveis e não recicláveis, recolhidos no perímetro urbano e rural do Município de Faxinal do Soturno – RS, em quatro dias da semana, e o transporte dos mesmos até o aterro sanitário licenciado, localizado no Município de Santa Maria – RS.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Para os fins deste projeto básico, definem-se serviços como sendo o conjunto de atividades envolvendo a coleta regular urbana e rural de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, recicláveis e não recicláveis, bem como, o transporte dos resíduos sólidos até o aterro licenciado.

Não estão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos, para efeitos de destinação, entulhos de obras públicas ou particulares, terra, areia, podas de arborização pública ou grandes jardins, resíduos de mudanças de domicílios ou reforma de estabelecimentos comerciais, colchões e mobiliários, resíduos de serviços de saúde e animais mortos.

3.1. Coleta de resíduos domiciliares – urbana e rural

O serviço de coleta dos resíduos sólidos domiciliares gerados no Município de Faxinal do Soturno compreende a execução das atividades de (1) coleta manual realizada por coletores, com a utilização de caminhão coletor compactador de carregamento traseiro, e (2) coleta mecanizada (conteinerização), sendo necessário itens para báscula dos contêineres.

3.2. Aterro licenciado

O aterro sanitário licenciado tem sua sede no Município de Santa Maria - RS, Estrada Geral da Caturrita, Distrito da Boca do Monte, através da empresa CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA, contratada por Processo Administrativo nº 399/2023, vigente a partir de fevereiro de 2023. O aterro sanitário licenciado encontra-se a 62 km do município de Faxinal do Soturno.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Coleta Domiciliar – Urbana e Rural

O serviço de coleta domiciliar será prestado no território do Município de Faxinal do Soturno conforme definido no **MAPA DA COLETA E ROTEIROS**, contido no Apêndice II deste Projeto.

A coleta dos resíduos sólidos domiciliares será efetuada em todas as vias públicas, inclusive aquelas onde não existe a possibilidade de tráfego de veículos, tais como: vilas populares, becos ou vielas estreitas, interior de conjuntos residenciais e outros que venham a ser determinados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Serão também atendidas pelo serviço quaisquer vias que vierem a ser consolidadas no decorrer da vigência do contrato.

Os resíduos a serem coletados deverão estar nas seguintes condições:

- Condicionados em sacos plásticos e/ou recipientes;
- Dispostos em lixeiras localizadas em qualquer um dos locais distribuídos em via pública;
- Resíduos dispostos em contêineres mecanizados indicados no mapa de coleta ou que venham futuramente a ser adicionados pelo município.

4.2. Descrições dos Serviços de Coleta Mecanizada

Serão adquiridos 90 (noventa) contêineres mecanizados de alta densidade, de fibra ou plástico, com capacidade mínima de 1000 litros com sistema de tampa, com rodas para deslocamento e suporte para basculamento.

Os locais onde serão alocados os contêineres são definidos Município de Faxinal do Soturno e estão informados no Apêndice II - MAPA DA COLETA E ROTEIROS.

Os contêineres deverão ser adesivados com o nome do Município de Faxinal do Soturno e numeração de 1 a 90 para controle da fiscalização.

A manutenção e a limpeza dos contêineres deverão ser feitas no mínimo mensalmente.

O custo de aquisição dos contêineres está quantificado na Planilha de Custos considerado preço médio de mercado. Os contêineres serão amortizados dentro do prazo do contrato (12 meses), a razão de 1/12 do valor de aquisição total, sendo de propriedade do Município após esse período. Ainda compõem os custos o valor da higienização e manutenção e a remuneração do capital considerando o custo do investimento.

Ao término de cada exercício (ou seja, a cada 12 meses), será verificada a necessidade de aquisição de novos contêineres pelo município. Desta forma, em caso de prorrogações de contrato, poderá optar-se pela aquisição de até 90 novos contêineres. Caso o município opte pela aquisição, a empresa deverá disponibilizar os contêineres novos conforme demanda com a mesma especificação dos já descritos e em até 15 dias da prorrogação do contrato.

4.3. Frequência da Coleta Domiciliar – Urbana e Rural

A operação de coleta de resíduos sólidos domiciliares deverá ser executada de acordo com a modalidade de frequência definida a seguir.

a) segunda-feira e quinta-feira: será feita a coleta dos resíduos sólidos em todo perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno (inclusive Verde Teto, Rua dos Pinos, Rua da Hípica até o final e início da Linha Dona Francisca próximo à Vila Falcão), perímetro urbano do Distrito de Santos Anjos (até a primeira lixeira na estrada de acesso a Saxônia) e na localidade da Linha Nova Palma até a Escola da APAE, percorrendo 62 (sessenta e dois) km com a coleta e mais 124 (cento e vinte e quatro) km até o destino final, o aterro sanitário de Santa Maria, e retorno ao município, totalizando 186 km por dia.

b) terça-feira e sexta-feira: será feita a coleta dos resíduos sólidos em todo perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno (inclusive Verde Teto, Rua dos Pinos, Rua da Hípica até o final e início da Linha Dona Francisca próximo à Vila Falcão), percorrendo 40 (quarenta) km por dia com a coleta, e mais 124 (cento e vinte e quatro) km até o destino final, o aterro sanitário de Santa Maria, e retorno ao município, totalizando 164 km por dia.

c) na última quinta-feira do mês: além do percurso descrito na alínea “a”, (perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno, inclusive Verde Teto, Rua dos Pinos, Rua da Hípica até o final e início da Linha Dona Francisca próximo à Vila Falcão, perímetro urbano do Distrito de Santos Anjos e na localidade da Linha Nova Palma até a Escola da APAE) será feita a coleta dos resíduos sólidos recicláveis, até a Divisa com Município de Nova Palma (Família Bertoldo), Linha São Luiz até o Centro Comunitário, Colonial e Novo Treviso até a Praça da Igreja, na Linha Dona Francisca até o antigo Centro Comunitário, Cerilo Refatti, Linha Saxônia até a Centro Comunitário, Val Veronêz até o Centro Comunitário, Linha Guarda Mor até o Centro Comunitário, Sitio Alto até o Centro

Comunitário, passando pela Gruta Nossa Senhora de Lourdes e Sítio dos Mellos. Nesse trajeto excepcional pela zona rural na última quinta-feira do mês serão percorridos 89 (oitenta e nove) km além dos 186 km usuais das quintas-feiras, totalizando 275 km até o destino final, o aterro sanitário de Santa Maria.

A Tabela a seguir resume os locais e distâncias percorridas para cada dia de coleta. Uma vez que o aterro licenciado está localizado na cidade de Santa Maria, a 62 km de Faxinal do Soturno, foi considerada uma distância de transporte de 124 km para ida e volta do mesmo. Caso a empresa contratada esteja localizada em outro município, a contratante não remunerará o transporte deste até Faxinal do Soturno.

Locais percorridos com a coleta e transporte	Distância (km)	Dias da semana
Coleta no perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno	40	Segunda, terça, quinta e sexta-feira
Coleta no perímetro urbano do Distrito de Santos Anjos e Linha Nova Palma	22	Segunda e quinta-feira
Coleta completa na zona rural	89	Última quinta-feira do mês
Transporte até o aterro em Santa Maria	124	Segunda, terça, quinta e sexta-feira

4.4 Quilometragem total mensal de coleta e transporte

A Tabela a seguir apresenta a quilometragem por dia de coleta e a quilometragem total por mês.

Dias de coleta	Qtde dias / mês*	Km por dia**	Km total
Segunda-feira	4,33	186	805,38
Terça-feira	4,33	164	710,12
Quinta-feira	4,33	186	805,38
Sexta-feira	4,33	164	710,12
Última quinta-feira do mês	1	89***	89
Km total			**3120**

* 4,33 dias por mês se referem a média de todos os dias correspondentes, nos 12 meses de contrato.

** Quilometragem de coleta e transporte até o aterro sanitário.

*** Diferença de quilometragem para o trajeto excepcional (o restante dos km percorridos já está considerado na quinta-feira normal).

4.5 Requisitos gerais dos serviços de coleta e transporte

a) A guarnição para a realização da coleta dos resíduos sólidos domiciliares será constituída de 01 (um) caminhão coletor com compactador de carga traseira, 01 (um) motorista e 02 (dois) coletores por caminhão, assim como ferramentas e utensílios necessários à perfeita realização dos trabalhos.

b) Com relação à coleta dos resíduos depositados nos contêineres, a mesma deverá ser realizada em todos os dias de coleta, independentemente da quantidade de resíduos dispostos nos mesmos.

c) O horário de coleta é a partir das 7h e 30min. Sendo que o horário de início da coleta é considerado como o horário em que o veículo de coleta inicia a execução do recolhimento dos resíduos nos seus respectivos roteiros de coleta.

d) A frequência e horários de coleta poderão ser modificados no período da vigência do contrato, a critério do Município de Faxinal do Soturno.

e) A coleta dos resíduos sólidos domiciliares deverá ser executada de forma manual e mecanizada em todas as vias públicas do Município de Faxinal do Soturno, conforme item 4.1.

f) Nas situações em que houver impossibilidade de acesso do veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário o coletor retirar os resíduos apresentados na via pública e transportá-los até o veículo coletor.

g) A coleta dos resíduos domiciliares deverá ser executada pelo coletor em frente a todos os imóveis da rota de coleta, com recolhimento dos sacos plásticos ou dos recipientes com detritos que estiverem na via pública.

h) A proponente deverá realizar a coleta dos resíduos domiciliares condicionados em sacos plásticos e/ou recipientes conforme item 4.1. Em caso de recipientes inadequados, a

proponente deve comunicar os munícipes das exigências legais, e na reincidência, comunicar o fato à fiscalização do Município para as devidas providências.

i) É atribuição estrita da proponente, apresentar nos locais e no horário de trabalho, os funcionários devidamente equipados e uniformizados, conforme legislação vigente.

j) Nas situações em que o munícipe apresentar os resíduos para coleta através de recipientes reutilizáveis (por exemplo, tonel, tambor ou bombona), os coletores deverão esvaziá-los completamente, tomando precauções para não os danificar. Após este processo, o recipiente deverá ser recolocado no ponto de origem.

k) Constitui-se ferramenta obrigatória: pá e vassoura, no veículo coletor.

l) Os resíduos sólidos domiciliares apresentados nas vias públicas pelos munícipes, que estiverem tombados dos recipientes, por qualquer motivo, ou que caírem durante o processo de coleta, deverão necessariamente ser varridos e recolhidos.

m) No caso de os resíduos serem apresentados em sacos plásticos, a equipe deverá tomar todas as precauções, no sentido de evitar o rompimento dos mesmos, antes de depositá-lo na caçamba do veículo. Se houver derrame de resíduos, estes deverão ser imediatamente varridos e recolhidos.

n) No processo de carregamento do veículo coletor, os funcionários deverão tomar todas as precauções no sentido de evitar o transbordamento de resíduos do veículo para via pública.

o) A coleta dos resíduos em via pública deve ser executada com o veículo parado, sem movimento no momento de carregamento na área de prensagem.

p) Em caso de pane do veículo coletor, a empresa deverá dispor para sua substituição, em prazo máximo de 06 (seis) horas, outro veículo para a realização dos serviços.

q) Todos os resíduos transportados e dispostos no aterro sanitário deverão possuir tickets de controle com dia, hora de entrada e saída do caminhão e respectivo peso aferido.

r) Em nenhuma hipótese o caminhão poderá transportar resíduos de outro Município junto aos resíduos do Município de Faxinal do Soturno, durante a coleta e transporte deste.

s) As atividades deverão ser realizadas em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

4.6 Requisitos para veículos, equipamentos e instalações:

a) A contratada deverá possuir no mínimo 01 (um) caminhão coletor com compactador com capacidade mínima de 15 m³.

b) O veículo de coleta regular deverá ter ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos (não poderá ultrapassar 10 anos durante toda a vigência do contrato).

c) Os veículos automotores e equipamentos apresentados pela proponente para realização de cada tipo de serviço deverão ser adequados e estarem disponíveis no dia previsto no contrato para o início dos serviços, ou seja, os equipamentos devem estar devidamente instalados nos chassis dos veículos e o conjunto deve estar em perfeitas condições de operação.

d) A proponente deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, a documentação de propriedade do veículo ou contrato de locação do mesmo ou documento que comprove a sua disponibilidade, devidamente registrado em cartório, onde conste no mínimo o mesmo prazo do contrato da prestação de serviço com o Município de Faxinal do Soturno - RS.

e) As marcas, os modelos e outras características dos veículos que realizarão os serviços ficam a critério da proponente, desde que estejam em perfeito estado de conservação e em conformidade com as exigências deste edital, com ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos durante toda a vigência do contrato.

f) Todos os equipamentos e acessórios dos veículos devem funcionar perfeitamente, bem como o estado mecânico e conservação de pintura deve estar em perfeitas condições.

g) É obrigatória a realização de limpeza do veículo e equipamento, sendo que a caçamba ou carroceria, dos que realizam o serviço de coleta e transporte de resíduos domiciliares, deve ser lavada com solução detergente.

h) Os veículos devem trazer além das placas regulamentares, as indicações necessárias ao reconhecimento da proponente e telefone para reclamações.

i) O Município poderá a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços.

j) O caminhão que efetuar a coleta deve estar equipado com sistema de monitoramento/rastreamento.

k) O sistema de monitoramento/rastreamento deverá conter informações em tempo real, bem como a contratada deverá disponibilizar a senha de acesso ao sistema para fiscalização do município.

l) A proponente deverá utilizar sistema de comunicação, que possibilite o contato imediato com suas equipes de trabalho, com o objetivo de agilizar e garantir a qualidade dos serviços.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021.

6. ACERCA DO QUADRO DE PESSOAL

Competirá a proponente a admissão de mão de obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais dentre outros correlatos, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a proponente pelas reclamatórias trabalhistas, bem como pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.

Os funcionários admitidos deverão possuir aptidão física compatível e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

Os funcionários da contratada, no exercício de suas atribuições, deverão atuar com zelo e

urbanidade com o público.

Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado por parte do pessoal da proponente, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

Será terminantemente proibido aos empregados da proponente, durante o processo da coleta, fazer catação ou triagem, de ingerirem bebidas alcoólicas e pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

A equipe operacional deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com camisas ou camisetas fechadas, calças/calções, calçados com sola antiderrapante e demais equipamentos de segurança e proteção individual, como luvas, capas protetoras em dias de chuva, coletes e/ou cintos reflexivos, bonés, entre outros, que serão indicados detalhadamente a seguir.

O resumo do pessoal está descrito na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, Apêndice I**, deste **PROJETO BÁSICO**. Considera-se aqui os custos inerentes ao item, os representados pelas convenções trabalhistas, vinculada a cada categoria. Para os coletores foi observada a Convenção Coletiva 2024/2024 do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no RGS; e para o motorista foi observada a Convenção Coletiva 2024/2025 do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de SM e Região.

Este projeto não prevê vale-transporte para funcionários da contratada visto que não há transporte coletivo no Município de Faxinal do Soturno.

7. DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

Com base em dados de potência do caminhão utilizado para os serviços, no processo de aceleração e frenagem muito intenso durante a coleta, da utilização do sistema de compactação dos resíduos coletados, bem como o deslocamento em rodovia com pavimentação asfáltica para destinação do resíduo coletado, estima-se um consumo médio aproximado de 3,00 km/litro para o caminhão. Esse consumo é coerente com o apresentado na literatura em estudos como os de Fernandes (2021) e Cardoso (2024).

8. DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, indica as servidoras Luana Ferreira Gabbi, e-

mail: agricultura@faxinaldosoturno.rs.gov.br e Mirela Schramm Tonetto, e-mail: engenharia@faxinaldosoturno.rs.gov.br, para atuarem como gestora e fiscal do contrato, respectivamente.

A fiscalização exercerá rigoroso controle com relação a quantidade e, particularmente, a qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

A CONTRATADA deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública, informando a fiscalização das infrações nos casos de descargas irregulares de resíduos.

A CONTRATADA se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização do Município livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame de instalações e também das anotações relativas aos veículos, equipamentos, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando for solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, podendo ainda a CONTRATANTE realizar fiscalização para medição e aferição dos índices de consumo previstos na planilha de composição de custos e formação de preços.

Para controle do consumo de combustível, a fiscalização poderá acompanhar o abastecimento do tanque no início de um dia de trabalho e ao final do roteiro de coleta deste mesmo dia, quando o tanque de combustível deverá ser novamente completado. Esta sistemática poderá ser feita com uma frequência a ser estabelecida pela própria fiscalização, a qual deverá avisar a contratada com 24h de antecedência.

Para controle da manutenção do caminhão coletor compactador, a fiscalização poderá exigir notas fiscais de manutenção do mesmo.

9. SISTEMA DE MONITORAMENTO

Todo o processo de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares deverá ser gerenciado pelo município e pela Contratada, através de softwares específicos de monitoramento de frotas.

O veículo deverá possuir dispositivo que transmitam os dados de operação para estes softwares e que permitam a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações:

a) localização georreferenciada, em tempo real e histórico, expressa em mapa viário, a posição do veículo coletor com indicação do setor de coleta;

b) velocidades instantâneas do veículo;

c) tempo de parada (quando a velocidade for 0km/h);

d) indicação do status do veículo (parado, em coleta, em deslocamento, em descarga, intervalo, etc.);

e) possibilidade de consulta de passagem de veículo por endereço, com a prerrogativa de estabelecer a área de pesquisa e o período;

f) o histórico das informações deverá estar armazenado e disponível por um período de, no mínimo, 3 (três) meses.

A empresa terá o prazo máximo de quinze (15) dias da assinatura do contrato para fornecer senha de acesso à administração municipal e orientar o funcionamento do sistema de monitoramento a um técnico designado pelo município para o controle destes dados.

Em caso de não fornecimento da senha de acesso do sistema de monitoramento, o pagamento mensal dos serviços da contratada será retido até que seja regularizada a obrigação.

A implantação não deverá gerar ônus para a administração pública, pois se trata de um sistema simples e de fácil operação, sendo necessário apenas acesso à internet e digitação de senha em um computador de uso da contratante.

Para o contínuo acesso às informações, a empresa vencedora deverá realizar o pagamento de mensalidade ao administrador do software, valor que está descrito na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** deste projeto básico. Esta mensalidade garantirá o pleno funcionamento do sistema durante o contrato dos serviços.

10. PRAZO CONTRATUAL

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério da Administração, respeitada a vigência máxima de dez anos conforme previsto no Art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que atestadas que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbana/rural e transporte destes até ao aterro licenciado a administração exigirá o seguinte:

11.1. Certidão de registro ou inscrição na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA), da empresa e do seu responsável técnico indicado para a execução dos serviços ora licitados;

11.2. A Indicação do profissional responsável técnico pelo cumprimento do objeto desta licitação, comprovando ser integrante do quadro permanente da licitante na data de abertura das propostas, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, compatível em características do objeto deste certame;

11.3. Comprovação de vínculo empregatício ou contratual do profissional indicado, para com a empresa. Entende-se que a vinculação do profissional poderá ser:

- Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhado do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social-GPS do mês anterior ao certame, em nome cada profissional;
- Contratado: cópia do contrato de prestação de serviços assinado com a empresa licitante;
- Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

11.4. Comprovação de capacitação técnica operacional, de que a licitante executou serviços pertinentes em características, com o objeto desta licitação de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através de atestado emitido em seu nome por pessoa jurídica de direito público.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Conforme Art. 56 § 5° da Lei Nº 14.133/2021, após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como detalhamento de BDI e encargos sociais, com os respectivos valores **adequados ao valor final** da proposta vencedora.

Os seguintes itens da planilha de custos não poderão ser alterados: itens referentes à mão-de-

obra do coletor, motorista, vale-refeição e vale alimentação; taxa de juros anual nominal, a qual fica estabelecida a taxa Selic; itens referentes à quantidade de pneus e recapagem; custos com pedágio; quantidade de contêineres; itens referentes à quantidade de ferramentas e materiais de consumo.

Os dados de quantitativo de consumo de óleo diesel, óleo do motor, óleo da transmissão, óleo hidráulico e graxa poderão ser alterados na proposta da contratada apenas mediante justificativa fundamentada.

A composição do BDI deverá observar os limites mínimos e máximos estabelecidos na Planilha de Custos para a coleta e transporte de resíduos domiciliares.

As propostas que tiverem seus preços inexequíveis ou acima do orçamento serão desclassificadas.

13. DO PAGAMENTO

13.1. A contratação dos serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos fica estabelecida por preço fixo (valor mensal), tendo em vista que esta prática vem sendo adotada em todas as contratações pretéritas por parte do município e ser adequada a municípios de menor porte conforme orientações do TCE (2019).

13.2. O pagamento será efetuado via sistema bancário sempre **até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços** mediante apresentação de Nota Fiscal de prestação de serviços, sem qualquer forma de reajuste, na Tesouraria da Prefeitura Municipal e ao fiscal do contrato.

13.3. Para o efetivo pagamento, a nota fiscal deverá se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como relatório do FGTS digital onde conste os funcionários alocados para a coleta e transporte em Faxinal do Soturno; certidão de regularidade do FGTS e certidão de débitos trabalhistas.

13.4. Deverá ainda apresentar relatório devidamente assinado por seu representante legal ou responsável técnico, contendo no mínimo os seguintes dados: placa do veículo, condutor do veículo, data e hora da pesagem, peso bruto total, peso líquido e quantia depositada em tonelada.

Observação: Os documentos dos itens 13.2 e 13.3 poderão ser enviados via e-mail nos seguintes endereços: contabilidade@faxinaldosoturno.rs.gov.br e engenharia@faxinaldosoturno.rs.gov.br.

13.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

13.6. Serão processadas as retenções necessárias nos termos da lei que regula a matéria.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento em conformidade com a forma ajustada;

b) Fiscalizar a execução do contrato, por intermédio do servidor ou preposto autorizado, sendo competente para questionar junto à Contratada sobre a qualidade dos serviços prestados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

b) Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e seus anexos, e na Proposta apresentada.

16. DAS PENALIDADES, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo inadimplemento das obrigações, a CONTRATADA, conforme a infração, estará sujeita às penalidades previstas nos Art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, que estarão previstas no Edital e minuta do contrato.

17. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

Estima-se o valor total desta licitação em **R$ 65.356,80 (sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos)**, por mês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Adminis htm. Acesso: constantes.

CARDOSO, Jessica Agostinetto Til. **Avaliação dos custos de transporte para um novo centro de transbordo de resíduos sólidos urbanos**. 2024. Trabalho Conclusão de Curso. Universidade Federal De Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/254356/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 22 de outubro de 2024.

FERNANDES, Paulo. **Análise do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em cidade de pequeno porte no Cariri Paraibano**. 2021. TCC Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB Campus Monteiro. Disponível em: https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1296. Acesso em 22 de outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados. Faxinal do Soturno.** 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/faxinal-do-soturno.html. Acesso em 22 de outubro de 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE). **Orientação Técnica Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – Projeto, Contratação e Fiscalização**. 2ª Edição. Porto Alegre. 2019. Disponível em: https://tcers.tc.br/repo/orientacoes_gestores/Coleta-de-Residuos-S%C3%B3lidos.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2024.

Faxinal do Soturno - RS, 8 de novembro de 2024

Mirela Schramm Tonetto

Engenheira Civil


CREA-RS 220050

ANEXO II

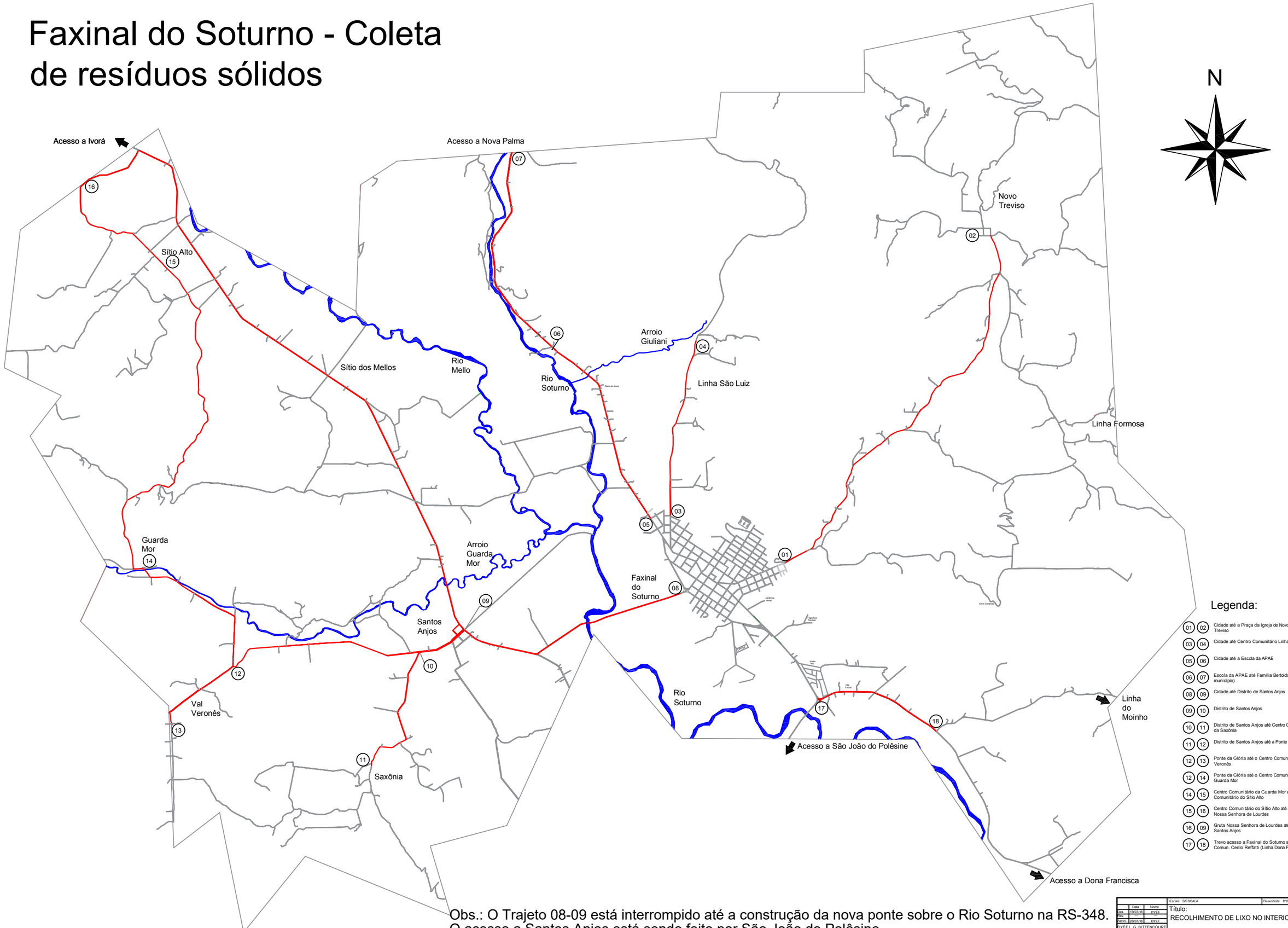
MAPA DA COLETA E ROTEIROS

Apêndice II - Projeto Básico para Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares no Município de Faxinal do Soturno RS

MAPA DA COLETA - PERÍMETRO URBANO



Faxinal do Soturno - Coleta de resíduos sólidos



Legenda:

01 02	Cidade até a Praça da Igreja de Novo Treviso
03 04	Cidade até Centro Comunitário Linha São Luiz
05 06	Cidade até a Escola da APAE
06 07	Escola da APAE até Família Bertoldo (divisa do município)
08 09	Cidade até Distrito de Santos Anjos
09 10	Distrito de Santos Anjos
10 11	Distrito de Santos Anjos até Centro Comunitário da Saxônia
11 12	Distrito de Santos Anjos até a Ponte da Glória
12 13	Ponte da Glória até o Centro Comunitário de Val Veronês
12 14	Ponte da Glória até o Centro Comunitário da Guarda Mor
14 15	Centro Comunitário da Guarda Mor até o Centro Comunitário do Sítio Alto
15 16	Centro Comunitário do Sítio Alto até a Gruta Nossa Senhora de Lourdes
16 09	Gruta Nossa Senhora de Lourdes até Distrito de Santos Anjos
17 18	Trevo acesso a Faxinal do Soturno até Centro Comun. Cerilo Reffatti (Linha Dona Francisca)

Obs.: O Trajeto 08-09 está interrompido até a construção da nova ponte sobre o Rio Soturno na RS-348.
O acesso a Santos Anjos está sendo feito por São João do Polêsine.

	Data	Nome
Des.	19/07/18	DYÉF
Rev.		
Aprov.	20/07/18	DYÉF

DYÉF L. G. BITTENCOURT
Engenheiro Civil -CREA RS 228.057
Cel (55) 99692 - 0362

Escala: S/ESCALA | Desenhista: DYÉF

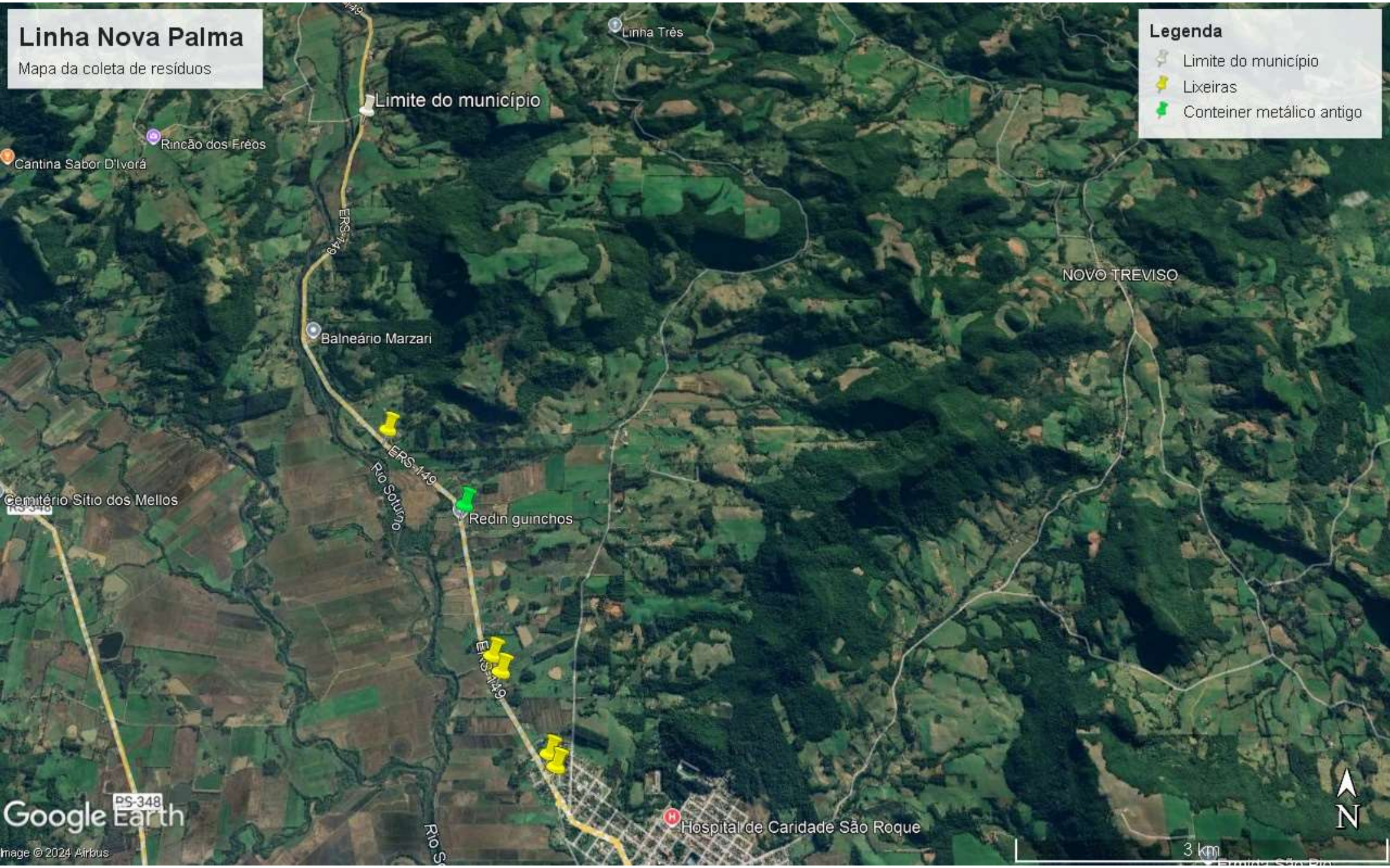
Título:
RECOLHIMENTO DE LIXO NO INTERIOR

OBS.: Reprodução deste mapa somente com autorização do engenheiro responsável.


Santos Anjos
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Conteiner novo
Lixeiras
R. Dois
R. Três
Pioneira de Móveis - Santos Anjos
R. D
Av. Anjo da Guarda
Igreja Anjo da Guarda
Escola Estadual São Domingos Sávio
S.E.R.T.I - Imperial
Av. Anjo da Guarda
R. Oito
R. Antônio
Google Earth
Image © 2024 Airbus
N
200 m


Saxônia
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Conteiner metálico antigo
Lixeiras
Santos Anjos
RS-348
S.E.R.T.I - Imperial
Confeitaria Vov
Comunidade. Salão e Igreja Nsa. Sra...
Google Earth
Image © 2024 Airbus
N
1 km


Val Veronês, Guarda Mor, Sítio Alto e Sítio dos Mellos
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Conteiner metálico antigo
Conteiner novo
Lixeiras
Linha Três
Monte Grappa
RS-348
ERS-149
NOVO TREVISO
Cemitério Sítio dos Mellos
Igreja Sao João Bosco
Faxinal do Soturno
Santos Anjos
RS-348
RS-348
Google Earth
Image © 2024 Airbus
N
4 km

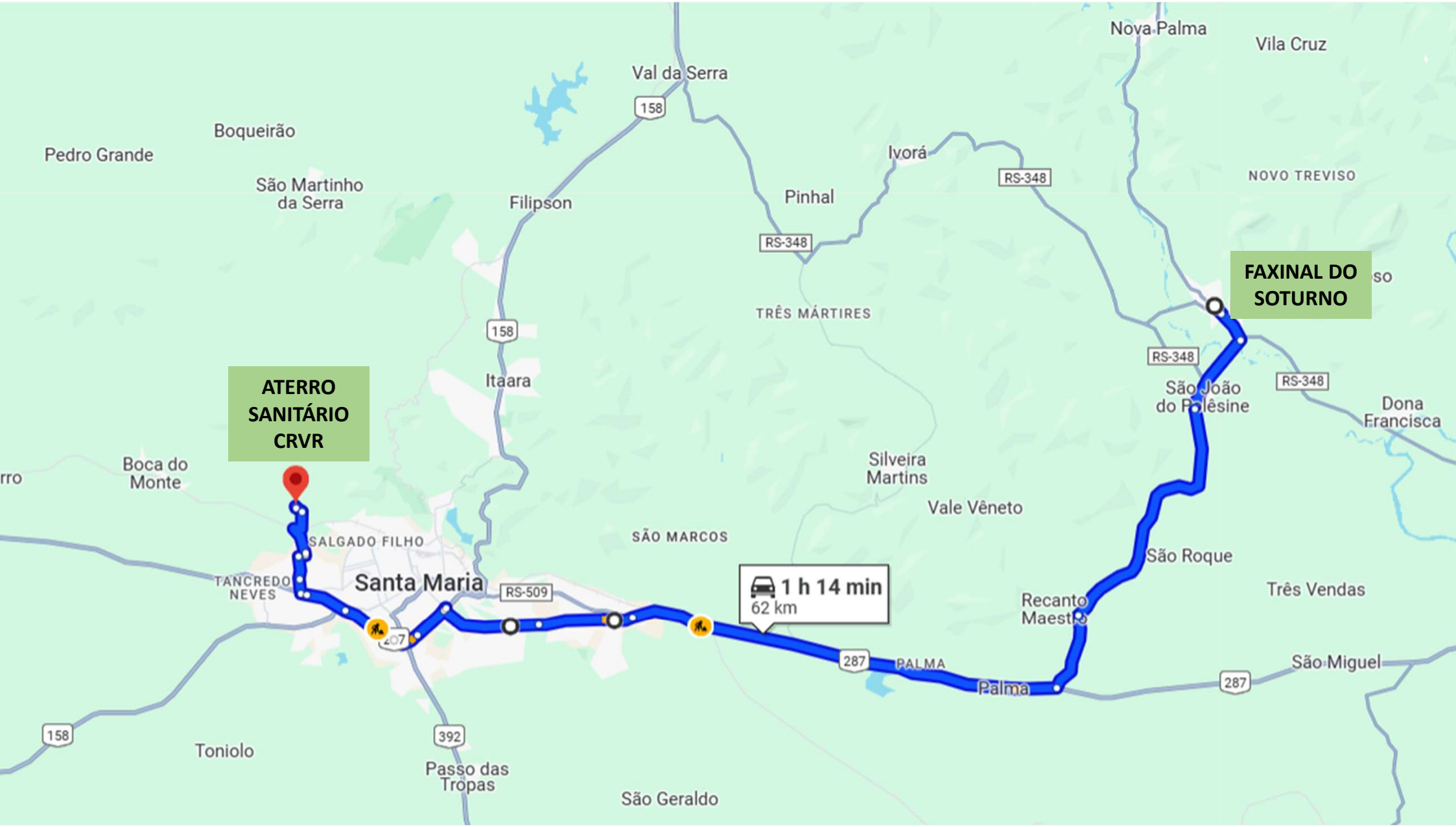

Linha Nova Palma
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Limite do município
Lixeiras
Conteiner metálico antigo
Limite do município
Linha Três
Rincão dos Freos
Cantina Sabor D'Ivorá
ERS-149
NOVO TREVISO
Balneário Marzari
ERS-149
Rio Solum
Cemitério Sítio dos Mellos
Redin guinchos
ERS-149
RS-348
Hospital de Caridade São Roque
Google Earth
Image © 2024 Airbus
3 km
N


Linha São Luís
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Conteiner
Lixeiras
GRANJA GIULIANI
Redin guinchos
ERS-149
ERS-149
Rio Soturno
Google Earth
Image © 2024 Airbus
N
1 km


Novo Treviso
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Conteiner metálico antigo
Lixeiras
Museu Histórico Geringonça
Praça
Igreja Novo Treviso
Est. Novo Treviso
Cemitério Novo Treviso
Google Earth
Image © 2024 Airbus
N
300 m


Linha Dona Francisca
Mapa da coleta de resíduos
Legenda
Lixeiras
R. dos Pinus
Mercado Bella Vista
Igreja pentecostal Pregando a Salvação
SUL VEICULOS-FAXINAL...
RS-348
Parque Vilmatec
DNós
N
600 m
Google Earth
Image © 2024 Airbus

Roteiro de transporte de Faxinal do Soturno ao aterro sanitário licenciado



Concorrência nº 06/2024
Município de Faxinal do Soturno

ANEXO III

1. Coleta de Resíduos Sólidos
Planilha de Composição de Custos

Orçamento Sintético

Descrição do Item	Custo (R$/mês)	%
1. Mão-de-obra	**R$ 12.632,50**	**19,33%**
1.1. Coletor Turno Dia	R$ 6.640,86	10,16%
1.2. Motorista Turno do Dia	R$ 3.713,92	5,68%
1.3. Vale-refeição (diário)	R$ 1.687,14	2,58%
1.4. Auxílio Alimentação (mensal)	R$ 590,58	0,90%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	**R$ 1.588,64**	**2,43%**
2.1. Uniformes e EPIs para Coletor	R$ 1.111,90	1,70%
2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias	R$ 476,75	0,73%
3. Veículos e Equipamentos	**R$ 36.862,86**	**56,40%**
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³	R$ 18.837,55	28,82%
3.1.1. Depreciação	R$ 2.796,42	4,28%
3.1.2. Remuneração do Capital	R$ 3.410,90	5,22%
3.1.3. Impostos e Seguros	R$ 436,19	0,67%
3.1.4. Consumos	R$ 8.122,05	12,43%
3.1.5. Manutenção	R$ 3.369,60	5,16%
3.1.6. Pneus	R$ 355,99	0,54%
3.1.7. Pedágio (Rota Faxinal do Soturno - CRVR)	R$ 346,40	0,53%
3.2. Aquisição de Conteineres	R$ 18.025,31	27,58%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	**R$ 530,59**	**0,81%**
5. Monitoramento da Frota	**R$ 38,60**	**0,06%**
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	**R$ 13.703,59**	**20,97%**
PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA	**R$ 65.356,80**	**100%**

Quantitativos

Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Coletor Turno Dia	2
1.2. Coletor Turno Noite	0
1.2. Motorista Turno do Dia	1
1.4. Motorista Turno Noite	0
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)	**3**

Veículos e Equipamentos	Quantidade
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³	1

Fator de utilização (FU)	**73%**

1. Mão-de-obra

1.1. Coletor Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Piso da categoria	mês	1	1.816,57	1.816,57	
Horas Extras (100%) - ref. a 10 feriados no período	hora	6,67	16,51	110,10	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R$		22,97	22,97	
Adicional de Insalubridade	%	40	1.816,57	726,63	
Soma				**2.676,26**	
Encargos Sociais	%	70,60	2.676,26	1.889,33	
Total por Coletor				**4.565,59**	
Total do Efetivo	homem	2	4.565,59	9.131,18	
			Fator de utilização	0,73	**6.640,86**

1.2. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Piso da categoria (2)	mês	1	2.351,00	2.351,00	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.412,00		
Horas Extras (100%)	hora	6,67	21,37	142,48	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R$		29,72	29,72	
Base de cálculo da Insalubridade		2			
Adicional de Insalubridade	%	20	2.351,00	470,20	
Soma				**2.993,41**	
Encargos Sociais	%	70,60	2.993,41	2.113,23	
Total por Motorista				**5.106,63**	
Total do Efetivo	homem	1	5.106,63	5.106,63	
			Fator de utilização	0,73	**3.713,92**

1.3. Vale-refeição (diário)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Coletor	unidade	34,64	23,68	820,28	
Motorista	unidade	17,32	50,05	866,87	
* Considerada semana = (52 semanas/ano) / (12 meses/ano) = 4,33 semanas/mês = 4,33*4 dias de coleta.					**1.687,14**

** 17,32 dias/mês de café (R$ 16,30) e almoço (R$ 33,75).

1.4. Auxílio Alimentação (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Coletor	unidade	2		-	
Motorista	unidade	1	812,05	812,05	
			Fator de utilização	0,73	**590,58**

* Considerado custo Ticket aliment. R$ 210,00 (na Convenção R$ 217,07 descontado do empregado R$ 7,07 de co-particip.) + vale de R$ 602,05.

Custo Mensal com Mão-de-obra (R$/mês)	**12.632,50**

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	260,41	43,40	
Calça	unidade	3	74,00	24,67	
Camiseta	unidade	3	64,00	21,33	
Boné	unidade	6	30,00	5,00	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	2	121,95	60,98	
Meia de algodão com cano alto	par	2	20,00	10,00	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	6	34,00	5,67	
Colete reflexivo	unidade	6	14,81	2,47	
Luva de proteção	par	2	17,16	8,58	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	2	21,90	10,95	
Higienização de uniformes e EPIs	R$ mensal	1	571,39	571,39	
Total do Efetivo	homem	2	764,43	1.528,86	
			Fator de utilização	0,73	**1.111,90**

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	12	260,41	21,70	
Calça	unidade	6	74,00	12,33	
Camiseta	unidade	4	64,00	16,00	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	6	121,95	20,33	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	12	34,00	2,83	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	2	21,90	10,95	
Higienização de uniformes e EPIs	R$ mensal	1	571,39	571,39	
Total do Efetivo	homem	1	655,53	655,53	
			Fator de utilização	0,73	**476,75**

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R$/mês)	**1.588,64**

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³

,

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	497.899,00	497.899,00	
Vida útil do chassis	anos	10			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassis	%	65,18	497.899,00	324.530,57	
Depreciação mensal veículos coletores	**mês**	**120**	**324.530,57**	**2.704,42**	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	210.000,00	210.000,00	
Vida útil do compactador	anos	10			
Idade do compactador	anos	0			
Depreciação do compactador	%	65,18	210.000,00	136.878,00	
Depreciação mensal do compactador	**mês**	**120**	**136.878,00**	**1.140,65**	
Total por veículo				**3.845,07**	
Total da frota	**unidade**	1	**3.845,07**	**3.845,07**	
			Fator de utilização	0,73	**2.796,42**

3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Custo do chassis	unidade	1	497.899,00	497.899,00	
Taxa de juros anual nominal	%	11,25			
Valor do veículo proposto (V0)	R$	497.899,00			
Investimento médio total do chassis	R$	351.860,24			
Remuneração mensal de capital do chassis	**R$**		**3.298,69**	**3.298,69**	
Custo do compactador	unidade	1	210.000,00	210.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	11,25			
Valor do compactador proposto (V0)	R$	210.000,00			
Investimento médio total do compactador	R$	148.404,90			
Remuneração mensal de capital do compactador	**R$**		**1.391,30**	**1.391,30**	
Total por veículo				**4.689,99**	
Total da frota	**unidade**	1	**4.689,99**	**4.689,99**	
			Fator de utilização	0,73	**3.410,90**

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
IPVA	unidade	1,00	4.978,99	4.978,99	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	94,10	94,10	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	2.124,05	2.124,05	
Impostos e seguros mensais	**mês**	**12**	**7.197,14**	**599,76**	
			Fator de utilização	0,73	**436,19**

3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal	3.120

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	3,00	5,790		
Custo mensal com óleo diesel	km	3.120	1,930	6.021,60	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	6,00	46,00		
Custo mensal com óleo do motor	km	3.120	0,276	861,12	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,85	42,85		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	3.120	0,036	113,64	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	5,00	52,00		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	3.120	0,260	811,20	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	2,00	50,40		
Custo mensal com graxa	km	3.120	0,101	314,50	
Custo com consumos/km rodado	**R$/km rodado**		**2,603**		
					8.122,05

3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Custo de manutenção dos caminhões	R$/km rodado	3.120	1,08	3.369,60	
					3.369,60

3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22,5	unidade	6	1.752,50	10.515,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	2			
Custo de recapagem	unidade	12,00	550,00	6.600,00	
Custo jg. compl. + 2 recap./ km rodado	km/jogo	150.000	17.115,00	0,11	
Custo mensal com pneus	km	3.120	0,11	355,99	
					355,99

3.1.7. Pedágio (Rota Faxinal do Soturno - CRVR)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Custo Praça de Pedágio Rota Santa Maria	unidade/dia	34,64	10,00	346,40	
*Quantidade estimada = 4,33 semanas x 4 dias de coleta x 2 pedágios no dia					**346,40**

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R$/mês)	**18.837,55**

3.2. Aquisição de Conteineres

Discriminação	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Subtotal (R$)	TOTAL (R$)
Custo de aquisição conteineres mecanizados	unidade	90	R$ 1.950,00	R$ 14.625,00	
Manutenção e Higienização	unidade	90	R$ 19,50	R$ 1.755,00	
Remuneração de capital conteineres mecanizados	R$		R$ 19.743,75	R$ 1.645,31	
*Custo de aquisiçao amortizado para os 12 meses de contrato.					**18.025,31**

*Remuneração de Capital conforme considerada a aquisição dos equipamentos, atribuída a Taxa Selic.

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R$/mês)	**36.862,86**

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Recipiente térmico para água (5L)	unidade	2	50,08	8,35	
Pá de Concha	unidade	2	54,25	9,04	
Vassoura	unidade	6	30,00	15,00	
Publicidade (adesivos equipamentos)	m²	45	110,45	414,19	
Publicidade (adesivos veículos)	m²	4	252,05	84,02	
*Adesivos Equipamentos (conteineres) =90 adesivagens de 0,5 m²					**530,59**

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R$/mês)	**530,59**

5. Monitoramento da Frota

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1	-	-	
Custo mensal com implantação	mês	60	-	-	
Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1	53,08	53,08	
Custo mensal com manutenção	mês	1	*53,08*	*53,08*	
			Fator de utilização	0,73	**38,60**

Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R$/mês)	**38,60**

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R$/mês)	**51.653,20**

6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R$)
Benefícios e despesas indiretas	%	26,53	51.653,20	13.703,59	
					13.703,59

CUSTO MENSAL COM BDI (R$/mês)	**13.703,59**

PREÇO MENSAL TOTAL (R$/mês)	**65.356,80**

Observações importantes:

1) O valor do salário mensal é o definido pelo básico da categoria, conforme Convenções Coletivas dos respectivos sindicatos;

2) Alimentação e refeição, bem como as obrigações trabalhistas dos coletores e motoristas foram determinadas de acordo com as disposições das Convenções Coletivas vigentes;

3) Para os coletores foi observada a Convenção Coletiva 2024/2024 do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no RGS; e para o motorista foi observada a Convenção Coletiva 2024/2025 do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de SM e Região;

4) Estão sendo consideradas 8 (oito) horas de trabalho diárias, para coletores e motorista, sendo que já estão inclusas horas de coleta e transporte.

5) As horas extras consideradas referem-se a 10 (dez) feriados (federais, estaduais e municipais) existentes durante o período do contrato;

6) A composição de encargos sociais segue os modelos do Tribunal de Contas do Estado do RS - observada a planilha "aba 3.CAGED";

7) No valor correspondente ao custo de Manutenção - item 3.1.5 - já está incluso o custo de lavagens do veículo;

8) O veículo que está sendo considerado para referência é veículo zero quilômetro. O valor considerado para o caminhão foi obtido na tabela FIPE, para o veículo Iveco, modelo Tector 17-210 4x2 Diesel. O valor correspondente ao compactador é a mediana do valor praticado por empresas do ramo nas contratações com órgãos públicos nos últimos 12 meses;

9) O veículo e o compactador que realizará os serviços deverá ter capacidade mínima de 15m³ e ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos (máximo 10 anos em todo o período do contrato). A licitante deverá informar para o cálculo da depreciação a idade do veículo, marca e modelo (para conferência) e taxa de depreciação correspondente;

10) Os conteineres serão amortizados dentro do prazo do contrato (12 meses), a razão de 1/12 do valor de aquisição total, sendo de propriedade do Município após esse período. Ainda, compõem os custos o valor da higienização e manutenção e a remuneração do capital considerando o custo do investimento;

11) Os valores considerados para itens de consumo e rodagem, inclusive o preço do óleo diesel comum é a mediana do valor praticado no mercado.

12) Para o cálculo do BDI observar as referências mínimas e máximas constantes na "aba 4.BDI" da planilha de custos.

13) As alíquotas utilizadas para ISS, PIS e COFINS, na planilha base, correspondem a uma empresa com tributação pelo lucro presumido. Cada licitante deverá utilizar as alíquotas de acordo com sua tributação, observada as orientações constantes do Edital.

Faxinal do Soturno, 02 de setembro de 2024.

Orientações para preenchimento:
1. Preencha previamente os dados de entrada na planilha 3.CAGED

O orçamento deve ser realizado por responsável técnico habilitado e é de responsabilidade do seu autor.

2. Composição dos Encargos Sociais		
Código	Descrição	Valor
A1	INSS	20,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário educação	2,50%
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A	**SOMA GRUPO A**	**36,80%**
B1	Férias gozadas	6,19%
B2	13º salário	8,33%
B3	Licença Paternidade	0,06%
B4	Faltas justificadas	0,82%
B5	Auxilio acidente de trabalho	0,31%
B6	Auxilio doença	1,66%
B	**SOMA GRUPO B**	**17,37%**
C1	Aviso prévio indenizado	2,56%
C2	Férias indenizadas	4,92%
C3	Férias indenizadas s/ aviso previo inden.	0,13%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	2,05%
C5	Indenização adicional	0,18%
C	**SOMA GRUPO C**	**9,84%**
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	6,39%
D2	Reincidência de FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20%
D	**SOMA GRUPO D**	**6,59%**
	SOMA (A+B+C+D)	**70,60%**

CÁLCULO DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS DOS EMPREGADOS NO SETOR DE COLETA DE RSU

3. CAGED	
Rio Grande do Sul - Coleta de Resíduos Não-Perigosos - CNAE 38114	
Admissões	**2100**
Desligamentos	**2031**
Dispensados com justa causa	44
Dispensados sem justa causa	1192
Espontâneos	372
Fim de contrato por prazo determinado	22
Término de contrato	350
Aposentados	1
Mortos	30
Transferência de saída	0
Acordo	0
Indicadores	
Estoque recuperado início do Período 01-01-2019	4625
Estoque recuperado final do Período 31-12-2019	4694
Variação Emprego Absoluta de 01-01-2019 a 31-12-2019	69
Estoque Médio	**4659,5**
% Demitidos s/ Justa Causa em relação ao Estoque Médio	**25,58%**
Taxa de Rotatividade	**44,33%**
Rotatividade temporal (meses)	**27,0704**
Dias ano	**360**
1/3 de férias (dias)	**10**
Férias (dias)	**30**
13º Salário (dias)	**30**
Dias de Aviso prévio	**36**
FGTS	**8%**
Multa FGTS*	**40%**
***Ajustado, de acordo com a nova Lei Federal nº 13.932/2019**	

Orientações para preenchimento:

1. Esta planilha é somente um modelo-base e deve ser ajustada conforme cada caso concreto.
2. Preencher somente células em amarelo

O orçamento deve ser realizado por responsável técnico habilitado e é de responsabilidade do seu autor.

4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas					
			Referência estudo TCE		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	5,08%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,33%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	11,00%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,00%	i		
Tributos - ISS	T	3,00%	DU		
Tributos - PIS/COFINS		3,65%			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
{[(1+AC+SRG) x (1+L) x (1+DF)] / (1-T)} -1					
Resultado do cálculo do BDI:		**26,53%**	21,43%	27,17%	33,62%

5. Depreciação Referencial TCE/RS (%)	
Idade do veículo (ano)	**Depreciação Média**
1	33,63
2	43,13
3	48,68
4	52,62
5	55,68
6	58,18
7	60,29
8	62,12
9	63,73
10	65,18
11	66,48
12	67,67
13	68,77
14	69,79
15	70,73

6. Remuneração de Capital

Fórmula de cálculo da remuneração de capital:

$$J_m = \frac{I_m \, x \, i}{12}$$

$$I_m = (V_0 - V_r)\frac{(n+1)}{2n} + V_r$$

J_m = remuneração de capital mensal
i = taxa de juros do mercado (sugere-se adotar a taxa SELIC)
Im = investimento médio
V_0 = valor inicial do bem
V_r = valor residual do bem
n = vida útil do bem em anos

Orientações para preenchimento:
1. Esta planilha é somente um modelo de cálculo expedito e deve ser ajustada conforme cada caso concreto.
2. Dimensionar separadamente setores atendidos por veículos de capacidade de carga diferentes.
3. Preencher somente células em amarelo

O orçamento deve ser realizado por responsável técnico habilitado e é de responsabilidade do seu autor.

7. Dimensionamento da frota

Indicador	Unid	Valor
População (H)	hab	6702
Geração per capita (G)	Kg/hab.dia	0,284
Geração total diária (Qd)	ton/dia	1,90
Geração Mensal	ton	57,12
Número de dias de coleta por semana (Dc)	dia	4,00
Quantitativo diário de coleta (Qc)	ton/dia	3,33
Densidade RSU compactado	Kg/m³	500
Tipo de Veículo (1 = toco, 2 = truck)		2
Capacidade do Compactador	m³	15
Capacidade nominal de carga (Cc)	ton	7,5
Número de Cargas por dia (Nc)		0,44
Número total de percursos de coleta por veículo, por dia (Np)		1
Número de veículos da Frota (F)		0,44

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº___/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ___/2024
CONCORRÊNCIA Nº ___/2024

Contrato celebrado entre o Município de Faxinal do Soturno e a Empresa _____.

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DO SOTURNO – RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 88.488.341/0001-07, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. [redacted], doravante denominado **CONTRATANTE** de um lado, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____ com sede na _____ cidade/município, representada neste ato pelo Sr. _____, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF nº_____, e no RG nº _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam e acordam o presente instrumento de contrato de _____, nos termos do Processo Administrativo de Licitação nº __**/2024**, Concorrência nº ___**/2024**, o qual será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, bem como com o que dispões a Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para a coleta regular, manual e mecanizada, de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, recicláveis e não recicláveis, recolhidos no perímetro urbano e rural do Município de Faxinal do Soturno – RS, em

quatro dias da semana, e o transporte dos mesmos até o aterro sanitário licenciado, localizado no Município de Santa Maria – RS, conforme edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO OBJETO

SUB-CLAUSULA 1: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Para os fins deste objeto, definem-se serviços como sendo o conjunto de atividades envolvendo a coleta regular urbana e rural de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, recicláveis e não recicláveis, bem como, o transporte dos resíduos sólidos até o aterro licenciado.

Não estão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos, para efeitos de destinação, entulhos de obras públicas ou particulares, terra, areia, podas de arborização pública ou grandes jardins, resíduos de mudanças de domicílios ou reforma de estabelecimentos comerciais, colchões e mobiliários, resíduos de serviços de saúde e animais mortos.

SUB-ITEM 1.1: Coleta de resíduos domiciliares – urbana e rural:

O serviço de coleta dos resíduos sólidos domiciliares gerados no Município de Faxinal do Soturno compreende a execução das atividades de (1) coleta manual realizada por coletores, com a utilização de caminhão coletor compactador de carregamento traseiro, e (2) coleta mecanizada (conteinerização), sendo necessário itens para báscula dos contêineres.

SUB-ITEM 1.2: Aterro licenciado:

O aterro sanitário licenciado tem sua sede no Município de Santa Maria - RS, Estrada Geral da Caturrita, Distrito da Boca do Monte, através da empresa CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA, localizada a 62

km do município de Faxinal do Soturno.

SUB-CLAUSULA 2: DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

SUB-ITEM 2.1: Coleta Domiciliar – Urbana e Rural:

2.1.1. O serviço de coleta domiciliar será prestado no território do Município de Faxinal do Soturno conforme definido no **MAPA DA COLETA E ROTEIROS**, anexo a este contrato.

2.1.2. A coleta dos resíduos sólidos domiciliares será efetuada em todas as vias públicas, inclusive aquelas onde não existe a possibilidade de tráfego de veículos, tais como: vilas populares, becos ou vielas estreitas, interior de conjuntos residenciais e outros que venham a ser determinados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Serão também atendidas pelo serviço quaisquer vias que vierem a ser consolidadas no decorrer da vigência do contrato.

2.1.3. Os resíduos a serem coletados deverão estar nas seguintes condições:

a) Condicionados em sacos plásticos e/ou recipientes;

b) Dispostos em lixeiras localizadas em qualquer um dos locais distribuídos em via pública;

c) Resíduos dispostos em contêineres mecanizados indicados no mapa de coleta ou que venham futuramente a ser adicionados pelo município.

SUB-ITEM 2.2: Descrições dos Serviços de Coleta Mecanizada:

2.2.1. Este contrato contempla a aquisição de 90 (noventa) contêineres mecanizados de alta densidade, de fibra ou plástico, com capacidade mínima de 1000 litros com sistema de tampa, com rodas para deslocamento e suporte para basculamento, conforme descrito no anexo I do Edital – Projeto Básico.

2.2.2. Os locais onde serão alocados os contêineres são definidos

Município de Faxinal do Soturno e estão informados no MAPA DA COLETA E ROTEIROS, anexo a este contrato.

2.2.3. Os contêineres deverão ser adesivados com o nome do Município de Faxinal do Soturno e numeração de 1 a 90 para controle da fiscalização.

2.2.4. O custo de aquisição dos contêineres serão amortizados dentro do prazo do contrato (12 meses), a razão de 1/12 do valor de aquisição total, sendo de propriedade do Município após esse período. Ainda compõem os custos o valor da higienização e manutenção e a remuneração do capital considerando o custo do investimento. A manutenção e a limpeza dos contêineres deverão ser feitas no mínimo mensalmente, pela contratada, sem custo adicional.

2.2.5. A cada 12 (doze) meses será verificada a necessidade de aquisição de novos contêineres pelo município. Desta forma, em caso de prorrogações de contrato, poderá optar-se pela aquisição de até 90 novos contêineres.

2.2.6. Caso o município opte pela aquisição, a empresa deverá disponibilizar os contêineres novos conforme demanda com a mesma especificação dos já descritos e em até 15 dias da prorrogação do contrato.

2.2.7. Na prorrogação, caso o Município não venha a solicitar novos contêiners, o valor será deduzido proporcionalmente no valor do contrato.

SUB-ITEM 2.3: Frequência da Coleta Domiciliar – Urbana e Rural

2.3.1. A operação de coleta de resíduos sólidos domiciliares deverá ser executada de acordo com a modalidade de frequência definida a seguir:

a) segunda-feira e quinta-feira: será feita a coleta dos resíduos sólidos em todo perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno (inclusive Verde Teto, Rua dos Pinos, Rua da Hípica até o final e início da Linha Dona Francisca próximo à Vila Falcão), perímetro urbano do Distrito de Santos Anjos (até a primeira lixeira na

estrada de acesso a Saxônia) e na localidade da Linha Nova Palma até a Escola da APAE, percorrendo 62 (sessenta e dois) km com a coleta e mais 124 (cento e vinte e quatro) km até o destino final, o aterro sanitário de Santa Maria, e retorno ao município, totalizando 186 km por dia.

b) terça-feira e sexta-feira: será feita a coleta dos resíduos sólidos em todo perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno (inclusive Verde Teto, Rua dos Pinos, Rua da Hípica até o final e início da Linha Dona Francisca próximo à Vila Falcão), percorrendo 40 (quarenta) km por dia com a coleta, e mais 124 (cento e vinte e quatro) km até o destino final, o aterro sanitário de Santa Maria, e retorno ao município, totalizando 164 km por dia.

c) na última quinta-feira do mês: além do percurso descrito na alínea "a", (perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno, inclusive Verde Teto, Rua dos Pinos, Rua da Hípica até o final e início da Linha Dona Francisca próximo à Vila Falcão, perímetro urbano do Distrito de Santos Anjos e na localidade da Linha Nova Palma até a Escola da APAE) será feita a coleta dos resíduos sólidos recicláveis, até a Divisa com Município de Nova Palma (Família Bertoldo), Linha São Luiz até o Centro Comunitário, Colonial e Novo Treviso até a Praça da Igreja, na Linha Dona Francisca até o antigo Centro Comunitário, Cerilo Refatti, Linha Saxônia até a Centro Comunitário, Val Veronêz até o Centro Comunitário, Linha Guarda Mor até o Centro Comunitário, Sitio Alto até o Centro Comunitário, passando pela Gruta Nossa Senhora de Lourdes e Sítio dos Mellos. Nesse trajeto excepcional pela zona rural na última quinta-feira do mês serão percorridos 89 (oitenta e nove) km além dos 186 km usuais das quintas-feiras, totalizando 275 km até o destino final, o aterro sanitário de Santa Maria.

2.3.2. A Tabela a seguir resume os locais e distâncias percorridas para cada dia de coleta. **Uma vez que o aterro licenciado está localizado na cidade de Santa Maria, a 62 km de Faxinal do Soturno, foi considerada uma distância de transporte de 124 km para ida e volta do mesmo. Caso a empresa contratada**

esteja localizada em outro município, a contratante não remunerará o deslocamento até Faxinal do Soturno.

Locais percorridos com a coleta e transporte	**Distância (km)**	**Dias da semana**
Coleta no perímetro urbano da cidade de Faxinal do Soturno	40	Segunda, terça, quinta e sexta-feira
Coleta no perímetro urbano do Distrito de Santos Anjos e Linha Nova Palma	22	Segunda e quinta-feira
Coleta completa na zona rural	89	Última quinta-feira do mês
Transporte até o aterro em Santa Maria	124	Segunda, terça, quinta e sexta-feira

SUB-ITEM 2.4: Quilometragem total mensal de coleta e transporte

2.4.1. A Tabela a seguir apresenta a quilometragem por dia de coleta e a quilometragem total por mês.

Dias de coleta	**Qtde dias / mês***	**Km por dia****	**Km total**
Segunda-feira	4,33	186	805,38
Terça-feira	4,33	164	710,12
Quinta-feira	4,33	186	805,38
Sexta-feira	4,33	164	710,12
Última quinta-feira do mês	1	89***	89
Km total			**3120**

* 4,33 dias por mês se referem a média de todos os dias correspondentes, nos 12 meses de contrato.

** Quilometragem de coleta e transporte até o aterro sanitário.

*** Diferença de quilometragem para o trajeto excepcional (o restante dos km percorridos já está considerado na quinta-feira normal).

SUB-ITEM 2.5: Requisitos gerais dos serviços de coleta e transporte

2.5.1. A guarnição para a realização da coleta dos resíduos sólidos domiciliares será constituída de 01 (um) caminhão coletor com compactador de carga traseira, 01 (um) motorista e 02 (dois) coletores por caminhão, assim como ferramentas e utensílios necessários à perfeita realização dos trabalhos.

2.5.2. Com relação à coleta dos resíduos depositados nos contêineres, a mesma deverá ser realizada em todos os dias de coleta, independentemente da quantidade de resíduos dispostos nos mesmos.

2.5.3. O horário de coleta é a partir das 7h e 30min. Sendo que o horário de início da coleta é considerado como o horário em que o veículo de coleta inicia a execução do recolhimento dos resíduos nos seus respectivos roteiros de coleta.

2.5.4. A frequência e horários de coleta poderão ser modificados no período da vigência do contrato, a critério do Município de Faxinal do Soturno.

2.5.5. A coleta dos resíduos sólidos domiciliares deverá ser executada de forma manual e mecanizada em todas as vias públicas do Município de Faxinal do Soturno.

2.5.6. Nas situações em que houver impossibilidade de acesso do veículo coletor à via pública, a coleta deverá ser executada manualmente, sendo necessário o coletor retirar os resíduos apresentados na via pública e transportá-los até o veículo coletor.

2.5.7. A coleta dos resíduos domiciliares deverá ser executada pelo coletor em frente a todos os imóveis da rota de coleta, com recolhimento dos sacos

plásticos ou dos recipientes com detritos que estiverem na via pública.

2.5.8. A proponente deverá realizar a coleta dos resíduos domiciliares condicionados em sacos plásticos e/ou recipientes. Em caso de recipientes inadequados, a proponente deve comunicar os munícipes das exigências legais, e na reincidência, comunicar o fato à fiscalização do Município para as devidas providências.

2.5.9. É atribuição estrita da proponente, apresentar nos locais e no horário de trabalho, os funcionários devidamente equipados e uniformizados, conforme legislação vigente.

2.5.10. Nas situações em que o munícipe apresentar os resíduos para coleta através de recipientes reutilizáveis (por exemplo, tonel, tambor ou bombona), os coletores deverão esvaziá-los completamente, tomando precauções para não os danificar. Após este processo, o recipiente deverá ser recolocado no ponto de origem.

2.5.11. Constitui-se ferramenta obrigatória: pá e vassoura, no veículo coletor.

2.5.12. Os resíduos sólidos domiciliares apresentados nas vias públicas pelos munícipes, que estiverem tombados dos recipientes, por qualquer motivo, ou que caírem durante o processo de coleta, deverão necessariamente ser varridos e recolhidos.

2.5.13. No caso de os resíduos serem apresentados em sacos plásticos, a equipe deverá tomar todas as precauções, no sentido de evitar o rompimento dos mesmos, antes de depositá-lo na caçamba do veículo. Se houver derrame de resíduos, estes deverão ser imediatamente varridos e recolhidos.

2.5.14. No processo de carregamento do veículo coletor, os funcionários deverão tomar todas as precauções no sentido de evitar o transbordamento de resíduos do veículo para via pública.

2.5.15. A coleta dos resíduos em via pública deve ser executada com

o veículo parado, sem movimento no momento de carregamento na área de prensagem.

2.5.16. Em caso de pane do veículo coletor, a empresa deverá dispor para sua substituição, em prazo máximo de 06 (seis) horas, outro veículo para a realização dos serviços.

2.5.17. Todos os resíduos transportados e dispostos no aterro sanitário deverão possuir tickets de controle com dia, hora de entrada e saída do caminhão e respectivo peso aferido.

2.5.18. Em nenhuma hipótese o caminhão poderá transportar resíduos de outro Município junto aos resíduos do Município de Faxinal do Soturno, durante a coleta e transporte deste.

2.5.19. As atividades deverão ser realizadas em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

SUB-ITEM 2.6: Requisitos para veículos, equipamentos e instalações:

2.6.1. A contratada deverá possuir no mínimo 01 (um) caminhão coletor com compactador com capacidade mínima de 15 m³.

2.6.2. O veículo de coleta regular deverá ter ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos, e deverá ser substituído, conforme necessidade, para em nenhum momento da vigência contratual ultrapassar este prazo.

2.6.3. Os veículos automotores e equipamentos apresentados pelo contratado para realização de cada tipo de serviço deverão ser adequados e estarem disponíveis no dia previsto no contrato para o início dos serviços, ou seja, os equipamentos devem estar devidamente instalados nos chassis dos veículos e o conjunto deve estar em perfeitas condições de operação.

2.6.4. A contratada deverá apresentar, no momento da assinatura do

contrato, a documentação de propriedade do veículo ou contrato de locação do mesmo ou documento que comprove a sua disponibilidade, devidamente registrado em cartório, onde conste no mínimo o mesmo prazo do contrato da prestação de serviço com o Município de Faxinal do Soturno - RS.

2.6.5. As marcas, os modelos e outras características dos veículos que realizarão os serviços ficam a critério da contratada, desde que estejam em perfeito estado de conservação e em conformidade com as exigências deste termo, com ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos durante toda a vigência do contrato.

2.6.6. Todos os equipamentos e acessórios dos veículos devem funcionar perfeitamente, bem como o estado mecânico e conservação de pintura deve estar em perfeitas condições.

2.6.7. É obrigatória a realização de limpeza do veículo e equipamento, sendo que a caçamba ou carroceria, dos que realizam o serviço de coleta e transporte de resíduos domiciliares, deve ser lavada com solução detergente.

2.6.8. Os veículos devem trazer além das placas regulamentares, as indicações necessárias ao reconhecimento da contratada e telefone para reclamações.

2.6.9. O Município poderá a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços.

2.6.10. O caminhão que efetuar a coleta deve estar equipado com sistema de monitoramento/rastreamento.

2.6.11. O sistema de monitoramento/rastreamento deverá conter informações em tempo real, bem como a contratada deverá disponibilizar a senha de acesso ao sistema para fiscalização do município, sob pena de suspensão do pagamento.

2.6.12. A proponente deverá utilizar sistema de comunicação, que possibilite o contato imediato com suas equipes de trabalho, com o objetivo de agilizar e garantir a qualidade dos serviços.

SUB-CLAUSULA 3: DO QUADRO DE PESSOAL

SUB-ITEM 3.1: Competirá a contratada a admissão de mão de obra em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, também, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais dentre outros correlatos, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a proponente pelas reclamatórias trabalhistas, bem como pelos danos causados por seus empregados, auxiliares e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.

3.1.1. Os funcionários admitidos deverão possuir aptidão física compatível e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto do presente contrato.

3.1.2. Os funcionários da contratada, no exercício de suas atribuições, deverão atuar com zelo e urbanidade com o público.

3.1.3. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado por parte do pessoal da proponente, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

3.1.4. Será terminantemente proibido aos empregados da proponente, durante o processo da coleta, fazer catação ou triagem, de ingerirem bebidas alcoólicas e pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

3.1.5. A equipe operacional deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com camisas ou camisetas fechadas, calças/calções, calçados com sola antiderrapante e demais equipamentos de segurança e proteção individual, como luvas, capas protetoras em dias de chuva, coletes e/ou cintos reflexivos, bonés, entre outros, que serão indicados detalhadamente a seguir.

3.1.6. O resumo do pessoal está descrito na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, que ficará anexa ao contrato e deverá ser**

obedecida durante toda a vigência contratual (considera-se os custos inerentes ao objeto, observadas as convenções trabalhistas vinculadas a cada categoria).

3.1.7. Este projeto não prevê vale-transporte para funcionários da contratada visto que não há transporte coletivo no Município de Faxinal do Soturno.

SUB-CLAUSULA 4: SISTEMA DE MONITORAMENTO

SUB-ITEM 4.1: Todo o processo de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares deverá ser gerenciado pelo município e pela Contratada, através de softwares específicos de monitoramento de frotas.

4.1.1. O veículo deverá possuir dispositivo que transmitam os dados de operação para estes softwares e que permitam a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações:

a) localização georreferenciada, em tempo real e histórico, expressa em mapa viário, a posição do veículo coletor com indicação do setor de coleta;

b) velocidades instantâneas do veículo;

c) tempo de parada (quando a velocidade for 0km/h);

d) indicação do status do veículo (parado, em coleta, em deslocamento, em descarga, intervalo, etc.);

e) possibilidade de consulta de passagem de veículo por endereço, com a prerrogativa de estabelecer a área de pesquisa e o período;

f) o histórico das informações deverá estar armazenado e disponível por um período de, no mínimo, 3 (três) meses.

4.1.2. A contratada terá o prazo máximo de quinze (15) dias da assinatura do presente termo para fornecer senha de acesso à administração municipal e orientar o funcionamento do sistema de monitoramento a um técnico designado pelo Município para o controle destes dados.

4.1.3. Em caso de não fornecimento da senha de acesso do sistema de

monitoramento, o pagamento mensal dos serviços da contratada será retido até que seja regularizada a obrigação.

4.1.4. A implantação não deverá gerar ônus para a Administração.

4.1.5. Para o contínuo acesso às informações, a contratada deverá realizar o pagamento de mensalidade ao administrador do software, valor que está descrito na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** deste projeto básico. Esta mensalidade garantirá o pleno funcionamento do sistema durante o contrato dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor do presente contrato é o valor da adjudicação/homologação feita através do processo administrativo nº____/2024 - Concorrência nº ___/2024, no montante de **R$** _____ entendido este como justo e suficiente para a total execução do objeto deste contrato, conforme a Cláusula Primeira deste instrumento contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento à CONTRATADA será efetuado mensalmente, até o 10º dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, observando:

a) Será efetuada a retenção para a Previdência Social de acordo com a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2.005, capítulos IX e X.

b) Será efetuada a retenção do ISS – Imposto sobre Serviços de acordo com a legislação vigente, tanto para empresas da modalidade geral quanto as enquadradas no Simples Nacional.

c) Para o efetivo pagamento, a nota fiscal deverá se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como relatório do FGTS digital onde conste os funcionários alocados para a coleta e transporte em

Faxinal do Soturno; certidão de regularidade do FGTS e certidão de débitos trabalhistas.

d) Para fins de Imposto de Renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar no art. 64 da Lei Federal n.º 9.430/1996 e também a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012, nos termos do Decreto Municipal n.º 3.087 de Maio de 2022.

Observação: Não serão feitas retenções de CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, apenas a retenção do Imposto de Renda se for o caso, nos moldes da Instrução Normativa Municipal.

e) Deverá, ainda, **apresentar relatório devidamente assinado por seu representante legal ou responsável técnico, contendo no mínimo os seguintes dados: placa do veículo, condutor do veículo, data e hora da pesagem, peso bruto total, peso líquido e quantia depositada em tonelada.**

Observação: Os documentos acima poderão ser enviados via e-mail nos seguintes endereços: **contabilidade@faxinaldosoturno.rs.gov.br e engenharia@faxinaldosoturno.rs.gov.br.**

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério da Administração, respeitada a vigência máxima de dez anos conforme previsto no Art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que atestadas que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

I - Constitui **direito** do Contratante:

a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

II - Constituem **obrigações** do Contratante:

a) Efetuar o pagamento em conformidade com a forma ajustada;

b) Fiscalizar a execução do contrato, por intermédio do servidor ou preposto autorizado, sendo competente para questionar junto à Contratada sobre a qualidade dos serviços prestados.

III - Constitui **direito** da Contratada:

a) receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

IV - Constituem **obrigações** da Contratada:

a) Executar o objeto do presente contrato de acordo com os Projetos, Projeto Básico e demais informações constantes da Concorrência Nº ___/2024.

b) Responsabilizar-se, integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados a terceiros, a integrantes da Administração, e a empregados e/ou prepostos seus, bem como por todos e quaisquer danos pelos mesmos sofridos em razão da ação ou omissão sua na prestação dos serviços;

c) Responsabilizar-se, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos contratos de trabalho, e/ou cíveis que firmar para a consecução dos serviços, assim como pelo estrito respeito às normas de saúde, higiene e segurança aplicáveis;

d) Obedecer às normas de segurança e higiene no trabalho, e o fornecimento de todo o equipamento de proteção individual – EPI necessário ao pessoal utilizado na prestação dos serviços;

e) A Contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária;

f) A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

I- O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a exemplo de:

• Atrasar o início da prestação dos serviços, em contrariedade à data aprazada na "Ordem de Início dos Serviços";

• Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços até o início da prestação dos serviços;

• Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

• Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

• Desatender às determinações da fiscalização;

• Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais ou municipais;

• Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

• Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido pela Administração;

• Iniciar os serviços fora dos horários determinados pela Administração;

• Terminar os serviços além dos horários determinados pela Administração;

• Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado pela Administração;

• Transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa

execução do serviço;

• Deixar suja a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos coletados

• Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou na convenção coletiva;

• Descarregar resíduos em qualquer local onde não for determinado pela Administração;

• Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros ou com coletores sendo transportados nos estribos dos equipamentos;

• Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas pela Administração;

• Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos pela Administração;

• Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniformes ou sem os adequados equipamentos de proteção individual;

• Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população durante a execução dos serviços;

• Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados;

• Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou animais;

• Impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos;

• Permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço;

• Executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e /ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato pactuado;

• Coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos pela Administração;

• Fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos;

• Executar o serviço com veículo de idade superior ao limite estabelecido pela Administração;

• Realizar a coleta com os veículos em inadequado estado de conservação, incluindo pneus, lataria, equipamentos, acessórios, etc;

• Não disponibilizar a senha do sistema de rastreamento ou não realizar orientação de sua utilização;

• Não realizar a entrega dos contêineres no prazo estipulado ou deixar de realizar a manutenção destes.

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III- As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item II desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

IV- A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item II da presente cláusula.

V- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI- A aplicação das sanções previstas no item II desta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII- Na aplicação da sanção prevista no item II, alínea “b”, da presente cláusula, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII- Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item II da presente cláusula, o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX- Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou

o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X- Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII- É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

I- O contrato ora celebrado poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos casos previstos nos Artigos 137 a 139 da Lei n. 14.133/21 e alterações em vigor.

II- A rescisão deste contrato implicará em retenção de créditos

decorrentes da contratação até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, na forma que o mesmo determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE no caso de inexecução do total ou parcial do Contrato que venham a ensejar a sua rescisão conforme os artigos 137 a 139 da Lei n. 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

As omissões relativas ao presente contrato serão reguladas pela legislação vigente, na forma do artigo 89 e seguintes da Lei nº 14.133/21 e alterações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Faxinal do Soturno para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da aplicação do presente contrato.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma.

Faxinal do Soturno, ____de _____ de 2024.

[redacted]
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Testemunhas

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Este contrato foi examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em _____/_____/_____

[redacted]
OAB/RS